



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

DESPACHO

EXAME DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Pregão Eletrônico Nº: 577/2019/SUPEL/RO

Processo Administrativo Nº: 0042.391462/2019-57 – SUGESP

Objeto: Serviços de LOCAÇÃO DE MÁQUINAS MULTIFUNCIONAIS DE IMPRESSÃO, REPROGRAFIA E DIGITALIZAÇÃO - SUGESP

Recorrente: ACRONET CORPORATIVO COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ITENS 01 02

1. DA ADMISSIBILIDADE DA INTENÇÃO DE RECURSO E DAS RAZÕES RECURSAIS DA EMPRESA ACRONET CORPORATIVO COMERCIO E SERVICOS EIRELI

A licitante ACRONET CORPORATIVO COMERCIO E SERVICOS EIRELI manifestou intenção de recurso nos itens 01 e 02 desta licitação, colando, dentro do prazo legal, suas razões recursais, como discorreremos abaixo.

Desta forma, tendo sido enviada em tempo hábil, pelo Sistema Comprasnet a manifestação de intenção de recurso da Recorrente, o Pregoeiro à luz do artigo 4º, incisos XVIII e XX da Lei Federal nº 10.520/2002 c/c artigo 26 do Decreto Estadual nº. 12.205/2006, recebeu e conheceu a intenção de recurso e posterior do recurso interposto, por reunir as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade, sendo considerados TEMPESTIVOS.

Importante pontuar o direito de petição, constitucionalmente resguardado na alínea “a” do inciso XXXIV do artigo 5º da Constituição Federal de 1988 e ainda os dispositivos da Lei 10.520/02 observado por este Pregoeiro para conceder o prazo para apresentação da peça recursal.

2. DA SÍNTESE DA INTENÇÃO DE RECURSO E DAS RAZÕES RECURSAIS DA RECORRENTE ACRONET CORPORATIVO COMERCIO E SERVICOS EIRELI

A Recorrente alega que a empresa G3 COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-EPP ofertou equipamentos nos itens 01 e 02 que não atendem as especificações técnicas do Edital, afirmando que a Recorrida não enviou a proposta de forma correta, deixando de apresentar o modelo de Estabilizador e o Sistema de Gestão dos Serviços, sem os quais, segundo a Recorrente, não há como mensurar e compreender a Contabilização e Bilhetagem das Impressões e Cópias que venha ser executadas pelo órgão, o que, na perspectiva de sua alegação, traduz em total risco para a administração

3. DA SÍNTESE DAS CONTRARRAZÕES DE EMPRESA G3 COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-EPP

Em contrarrazão, a licitante **G3 COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-EPP** concluiu, em síntese, que a máquina ofertada é superior ao solicitado em edital, não oferecendo nenhum risco ou insatisfação para essa

administração. Alegou que o modelo: M3145IDN atenderá na íntegra todas as especificações solicitadas no edital do Pregão Eletrônico 577/2019/SUPEL/RO.

4. DO MÉRITO

No mérito, verifica-se que o cerne da intenção e recurso apresentado neste certame é a suposta oferta de equipamentos, nos itens 01 e 02, que, supostamente não atendem as especificações técnicas do Edital. Tendo em vista que as especificações técnicas dos itens acima foram definidas pela SUGESP, este Pregoeiro deliberou pelo envio da proposta de preços da empresa **G3 COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-EPP** para que aquela Secretaria realizasse análise técnica, como se vê no documento SEI ID 0011075318.

Manifestando-se a respeito, o órgão de origem concluiu o que consta no documento SEI ID 0011114463:

Conforme análise da proposta da Empresa G3 COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-ME (0010900113), esta gerência informa que o equipamento ofertado atende as especificações pedidas no termo de referência - item: 2.1.1. Especificações Técnicas da Impressora, apesar de na proposta não possuir referência ao software de gerenciamento o mesmo foi anexado no Documentos de Habilitação - G3 - PARTE 2 (0010900494) conforme folder do software de gerenciamento nas páginas de 41 à 50 e da 127 à 148 sendo ambos compatíveis e aceitos por esta Gerência de Processamento de Dados.

Após realizar nova análise na proposta de preços apresentada pela Recorrida, bem como constatar que, de fato, a empresa Recorrida anexou nos documentos de habilitação o folder do software de gerenciamento nas páginas de 41 à 50 e da 127 à 148, não vislumbro necessidade de exercício da autotutela (Sumula 473 STF), eis que resta constatado que os itens ofertados atendem as especificações técnicas do Edital, e as necessidades da Administração.

Em razão disso, anoro-me no princípio do julgamento objetivo e da vinculação ao instrumento convocatório (art. 3º, CAPUT; art. 44, 1º, da Lei Federal 8.666), para prolatar, mais abaixo, minha decisão. Sobre tais princípios, nos ensina a Jurisprudência do Eminentíssimo Tribunal de Contas da União:

"Observe os princípios da transparência, do julgamento objetivo, da vinculação ao instrumento convocatório e da escolha da proposta mais vantajosa para a Administração, conforme regem os arts. 3º, art. 40, VII, art. 41 caput, art. 43, IV, art. 44 § 1º e art. 45 da Lei 8.666/1993" Acórdão 1286/20070 - Plenário/TCU. (grifei)

No mesmo compasso vai o Poder Judiciário:

ADMINISTRATIVO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO.

1. A observância do princípio da vinculação ao edital de licitação é medida que se impõe, interpretado este como um todo, de forma sistemática. Desta maneira, os requisitos estabelecidos nas regras editalícias devem ser cumpridos fielmente, sob pena de inabilitação do concorrente, nos termos do art. 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993. (TRF-4 - AG: 501323254201440400005013232-54.2014.404.0000, Relator: Fernando Quadros da Silva, Data de Julgamento: 20/08/2014, Terceira Turma, Data de Publicação: D.E. 21/08/2014). (grifei)

Tendo a licitante **G3 COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-EPP** cumprido os termos do Edital, e tendo em vista o **princípio do Julgamento Objetivo (art. 3º, CAPUT, da Lei Federal 8.666/93)**, prolo a decisão abaixo.

5. DECISÃO

Em cumprimento ao art. 11, inc. VII, do Decreto Estadual nº 12.205/2006, após análise da intenção de recurso manifesta, recebida e conhecida, bem como as Razões Recursais, e com base nas considerações aqui esposadas, à luz dos princípios da legalidade, da isonomia, da impessoalidade, da eficiência, da

competitividade, da razoabilidade, da proporcionalidade, entre outros, bem como visando o objetivo da seleção da proposta mais vantajosa, julga-se pela **TOTAL IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO IMPETRADO PELA LICITANTE ACRONET CORPORATIVO COMERCIO E SERVICOS EIRELI**, nos itens 01 e 02.

Sob luz do Decreto Estadual n. 12.205/2006, art. 7º, inciso IV, remeto os autos a Autoridade Competente e submeto a presente decisão ao conhecimento e à apreciação da Autoridade Superior, na pessoa do Senhor Superintendente Estadual de Compras e Licitações, podendo ensejar melhor juízo e entendimento.

Porto Velho - RO, 14 de Abril 2020.

JADER CHAPLIN B. DE OLIVEIRA
PREGOEIRO - EQUIPE DELTA/SUPEL
MAT. 300130075



Documento assinado eletronicamente por **Jader Chaplin Bernardo de Oliveira, Pregoeiro(a)**, em 14/04/2020, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0011125640** e o código CRC **0B8EB8D0**.

Referência: Caso responda esta Despacho, indicar expressamente o Processo nº 0042.391462/2019-57

SEI nº 0011125640